



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

**CANDIDATURA À PREFEITURA DA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO – 2012**

**MARCELO FREIXO – Prefeito
MARCELO YUKA – Vice**

SÍNTESE E DIRETRIZES GERAIS DO PROGRAMA DE GOVERNO

Olá!

É muito bom ter você conosco nesse esforço para repensar o Rio de Janeiro. Nesse início de campanha, estamos apresentando esta síntese do nosso programa de governo segundo grandes temas de interesse público. Essa síntese está embasada em cadernos temáticos que vamos divulgar ao longo da campanha. Nesses cadernos, você encontrará nossas primeiras avaliações sobre a conjuntura atual das políticas públicas no município e algumas propostas gerais que pretendemos implementar já a partir de 2013. É bom deixar claro que o conteúdo que você vai ler aqui é totalmente aberto. Nosso intuito é colocá-lo em discussão ao longo de toda a campanha e, após a nossa vitória, na prática e no diálogo contínuo, vamos aperfeiçoá-lo cada vez mais até transformar nossa realidade em algo mais próximo dos nossos sonhos. Acompanhe nossa agenda e verifique os debates temáticos e plenárias que vamos organizar. As propostas recebidas serão consideradas e, caso se adequem aos princípios que defendemos, serão imediatamente incorporadas, independente de onde venham. Queremos um Rio participativo, com espírito público, antenado às novas tecnologias, mas respeitando seu passado e as tradições culturais de seu povo. Essa é a alma carioca. É isso que buscamos resgatar!

Boa leitura!

Marcelo Freixo – Prefeito
Marcelo Yuka – Vice
PSOL 50

APRESENTAÇÃO

Programa Movimento: democracia, justiça e direitos!

Segue a versão 2.0 do nosso programa. Trata-se de uma introdução e do primeiro acúmulo de conversas que realizamos com ativistas, intelectuais, agentes sociais, cidadãos e cidadãs das mais diversas áreas de atuação na cidade. São vários conhecimentos sobre a cidade que se encontram na busca de transformar a realidade que há hoje. Desse encontro salta um consenso inquestionável como ideia força do programa: cabe à prefeitura cuidar do interesse público! Está aí o elemento que costura cada ponto, cada ideia, cada proposta que é apresentada nessa versão e em todas as outras que se continuará a acumular.

Hoje, no Rio, temos um "poder público" que cuida dos interesses dos grandes investimentos, de uma pequena parcela de empresários, de um pequeno grupo de pessoas que controla o círculo financeiro da cidade. Há, portanto, uma cidade cada vez mais cara, cada vez mais poluída, cada vez mais segregada, com cada vez menos mobilidade, sem transparência e que asfixiou os canais de participação.

Trata-se aqui, nessa proposta, de construir uma cidade com as pessoas e para as pessoas. Para isso, não há dúvidas, a prefeitura não pode se comportar como um balcão de negócios. Ao contrário, deve se comportar como um espaço público que movimentará o interesse público. O grande objeto não são as coisas! O grande objeto dessa movimentação são as pessoas!

Por essa razão a proposta aqui apresentada busca a participação das pessoas e a mais profunda transparência das informações, colocando o Rio em um *clic* para todos os cidadãos e cidadãs. A defesa da mais profunda mobilidade, da retomada da ocupação das ruas, com segurança e relação humana, só pode ser implementada tendo as pessoas como objetivo central. A proposta que apresenta a defesa do meio ambiente e da construção dos direitos com responsabilidade ambiental, só pode se sustentar na defesa dos interesses da população. É esse, portanto, o grande desafio desse projeto.

A relação que construiremos na cidade é em busca da retomada da melhoria das ruas, dos bairros, das pessoas, dos direitos, da mobilidade e, portanto, da vida. Construir uma cidade na qual a diversidade e as diferenças possam ser elementos para potencializar a busca por uma igualdade de direitos é um grande desafio. Isso só será possível com muito diálogo e muito trabalho.

Essa é a primeira versão da nossa proposta de trabalho na futura prefeitura. Um trabalho democrático, participativo, voltado para a defesa dos direitos e do interesse público. Seguiremos dialogando a partir dessas primeiras ideias, na campanha e no governo. Buscaremos melhorar,

acertar, corrigir e construir uma cidade com pertencimento e participação das pessoas. Construindo direitos em todos os territórios da cidade, será possível construir uma cidade que respeite a diferença dos territórios e integre todos em torno de um só governo. Da cultura aos negócios, da saúde à educação, da segurança à mobilidade, do esporte ao carnaval, nosso objetivo é cuidar para que se tenha uma cidade socialmente e ambientalmente justa. Vamos ao debate e vamos construir um cenário maravilhoso em nossa maravilhosa cidade!

CIDADE E TERRITÓRIO

Planejamento, ordenamento territorial e desenvolvimento urbano

As últimas gestões da prefeitura promoveram uma completa destruição da capacidade de planejamento do município. Para recuperar isso, nós vamos adotar um conceito de planejamento baseado em três aspectos: o conhecimento sobre a dinâmica da urbanização no território, a mobilização da sociedade para debater os principais problemas e tendências futuras da Cidade, além de reconstruir um marco regulatório que garanta instrumentos jurídicos, políticos e financeiros para que o planejamento possa ser executado e avaliado continuamente, abrangendo todos os bairros. Na questão do conhecimento sobre o território, além de contar com inúmeros centros de pesquisa nas universidades e um acúmulo histórico de estudos e estudiosos sobre o Rio, o município conta também com técnicos de carreira muito qualificados. Queremos recuperar os órgãos de planejamento não apenas para monitorar os principais vetores de crescimento, mas também para elaborar projeções, integrar-se com outras políticas públicas, enfim, devolver à cidade uma máquina pública muito bem montada para um planejamento e um ordenamento com espírito público e voltado para a justiça social. A cidade do Rio não pode ser boa apenas para quem a visita e para os grandes investidores e megaeventos. A cidade do Rio tem que ser boa para quem mora no Rio. E quem mora no Rio deve compartilhar conosco a responsabilidade de geri-la, com espírito público, sem preconceitos e mesquinhasias. Recompôr a estrutura de planejamento do município deve ser uma meta imediata. Chega de imposições e negociações!

Propostas e compromissos com a Cidade:

- ✧ Criar uma Secretaria Municipal de Planejamento (SePlan), com atribuições de produção e disseminação de dados, organização dos processos de participação pública, planejamento setorial e territorial, urbano e ambiental, com estrutura diretamente integrada às demais secretarias;
- ✧ Restabelecer a função social da cidade e da propriedade como uma diretriz fundamental do sistema de planejamento municipal;
- ✧ Reconstruir mecanismos de participação pública qualificada como uma cultura de planejamento e não apenas mais um espetáculo onde os moradores são meros espectadores;
- ✧ Implementar instrumentos de controle e de captação da renda da terra, de forma a evitar supervalorizações que só levam à segregação social ou a estagnações econômicas de bairros e regiões inteiras;
- ✧ Definir diretrizes claras e criar um ambiente de segurança jurídica para empreendedores de todos os tamanhos, sem privilégios;

- ⚙ Controlar e fiscalizar a expansão desordenada (de ricos e de pobres!), evitando a pressão sobre áreas de relevante interesse ambiental e a consequente degradação dos ecossistemas nativos;
- ⚙ Adotar uma estratégia de transparência total, disponibilizando o máximo de informações possível e potencializando os canais de contato entre a prefeitura e o cidadão comum;
- ⚙ Convocar o processo de conferência do Rio, à parte das conferências das Cidades, para discutir a política de desenvolvimento territorial urbano do município;
- ⚙ Recuperar os POUSOs¹ como espaços de fiscalização, orientação técnica e desenvolvimento social para as favelas, evitando a perspectiva policialista que tem sido dada nas últimas gestões e a perspectiva da “remoção branca” após amplos processos de regularização urbanística, sem abrir mão do controle do adensamento das comunidades e do seu crescimento indiscriminado e especulativo;
- ⚙ Avaliar os Projetos de Estruturação Urbana (PEUs) existentes e estabelecer uma agenda de leituras técnicas e comunitárias, visando embasar futuras revisões e elaborações de novos PEUs, resgatando a noção original dos mesmos e integrando-os ao sistema municipal de planejamento urbano;
- ⚙ Instituir imediatamente o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano com vistas a financiar projetos de requalificação de áreas degradadas, aquisição de áreas para implantação de equipamentos públicos, reforma e manutenção de mobiliário urbano entre outras funções;
- ⚙ Abrir o debate sobre a possibilidade da criação de novos instrumentos urbanísticos e financeiros tais como um “banco de terras” municipal que agilize as negociações imobiliárias com outras esferas de governo e a implantação de permutas ou negociações com proprietários privados, a contribuição de melhoria, a regulamentação da taxa de uso de área pública entre outros;
- ⚙ Desestimular e, conforme o caso, erradicar instrumentos urbanísticos que promovam a privatização do espaço público e a segregação social tais como as operações interligadas, a urbanização consorciada e as concessões urbanísticas.

¹ Os Postos de Orientação Urbanística e Social foram criados na época do Projeto Favela-Bairro e tinham um objetivo geral de levar o poder público às favelas urbanizadas, colaborando para sua regularização e integração com os bairros vizinhos. Nos últimos anos, foram transformados em instrumentos da repressão e da criminalização das moradias localizadas nessas comunidades.

EDUCAÇÃO PÚBLICA

Gestão da rede, política pedagógica e valorização dos profissionais

A educação é uma das principais responsabilidades do município, tem papel preponderante na construção de uma cidade mais justa e, por isso, deve ser prioridade. O atual governo optou por privatizar o ensino público e transferiu milhões de reais para o controle de organizações privadas. O professor perdeu a autonomia em sala de aula e está engessado em programas e projetos distantes da realidade dos estudantes. Quem faz a escola são os professores, funcionários, alunos e seus responsáveis. É preciso resgatar a qualidade do ensino, a dignidade dos profissionais de educação e o sentimento de pertencimento à escola. Nossa política de educação será elaborada e implementada coletivamente, respeitando a contribuição de toda a comunidade escolar. A rede municipal do Rio de Janeiro é a segunda maior da América Latina. São mais de 1.070 escolas, cerca de 300 creches públicas e Espaços de Desenvolvimento Infantil, atendendo a aproximadamente 700 mil estudantes. É com este coletivo de profissionais de educação, estudantes e responsáveis, que estaremos na luta em defesa da educação pública, democrática, laica e de qualidade para todos e em todos os níveis. A integração com demais políticas públicas deve ser uma meta frequente, principalmente no que tange às ações de educação ambiental, cidadania e participação política.

Propostas e compromissos para a Educação Pública:

- ✧ Plano de Carreira unificado de professores e funcionários, com progressão por tempo de serviço, valorização por formação e extensivo a aposentados;
- ✧ Organização de grupos de trabalho de professores, funcionários, pais e alunos eleitos por unidade escolar, CREs e congressos municipais de educação para elaboração da política municipal de educação;
- ✧ Ampliação dos investimentos em educação e aplicação do mínimo constitucional de 25% de verbas municipais em educação, aumentando os investimentos progressivamente;
- ✧ Auditoria em todos os contratos com empresas privadas;
- ✧ Organização da rede de escolas e dos profissionais de educação para a implementação do horário integral ao final próximos quatro anos;
- ✧ Instituir eleições diretas para a direção de creches e escolas;
- ✧ Respeito à autonomia pedagógica do professor;
- ✧ Garantir a contratação de docentes com formação de professores em nível médio, para o cargo de Agente Auxiliar de Creche;
- ✧ Investir na formação e qualificação profissional dos atuais Agentes Auxiliares de Creche a partir de convênios com as universidades públicas e as escolas de formação de professores do Estado;
- ✧ Aumento real e progressivo de salário para todos os servidores municipais;

- ⚙ Promover políticas de desenvolvimento do esporte na base, disseminando as diferentes modalidades e seus valores, integrando-as à rede de educação básica e transformando as escolas cada vez mais em centros de formação de atletas e cidadania;
- ⚙ Convocar concurso público para profissionais de educação de escola e creches;
- ⚙ Incentivar a qualificação do profissional de educação com oferta de formação continuada e em serviço;
- ⚙ Ofertar educação especial na perspectiva inclusiva, qualificando professores e funcionários das escolas e creches, mantendo classes especiais para os que não apresentem condições de serem incluídos em turmas regulares e oferecendo educação escolar e preparação para o trabalho para os maiores de 17 anos, através de ações interdisciplinares entre as várias secretarias: educação, trabalho, assistência social, saúde e transporte.

RECUPERAÇÃO DE ECOSSISTEMAS

Unidades de conservação, ecologia urbana e gestão com Justiça Ambiental

É preciso reconhecer que as questões ambientais são, antes de tudo, relações sociais e políticas. Por isso, vamos seguir os princípios da Justiça Ambiental e do Ecosocialismo. Isso não significa uma demonização irresponsável ou uma desconsideração com os aspectos econômicos e da qualidade de vida da população. Muito ao contrário, trata-se de não se deixar levar por discursos falsos sobre o desenvolvimento, de ponderar ônus e bônus de cada investimento, apontando as devidas responsabilidades. A culpa da crise ambiental não pode ser diluída indistintamente pelos indivíduos e suas respectivas “pegadas ecológicas”. Ela deve ser vista de maneira sistêmica, cumulativa e complexa, dentro do projeto de cidade que está sendo implementado. Está mais do que na hora do Rio de Janeiro assumir sua responsabilidade de vetor econômico, mas também de berço de idéias inovadoras e de uma política menos subserviente a interesses outros, descolados das reais necessidades e anseios de sua população. O carioca é extremamente sensível e atento às questões ambientais. Por isso, não é razoável esperar que o Rio se torne um barril de óleo ou uma bacia de poluentes para começarmos a agir. Desenvolvimento só é desenvolvimento se estiver submetido aos interesses da população e aos limites e capacidades de suporte dos diferentes ecossistemas. Ao eleger nossa proposta, a população do Rio de Janeiro dará um recado muito claro para todo o mundo. Uma demonstração inequívoca de que nada é impossível de mudar, nenhum processo de desenvolvimento social e ambientalmente insustentável deve parecer natural. Essa é a nossa missão agora. E missão dada...

Propostas e compromissos para a Recuperação de Ecossistemas:

- ⚙ Reestruturação da Secretaria de Meio Ambiente, dando-lhe um caráter mais ágil e com capacidade de atuação em diferentes níveis da política ambiental;
- ⚙ Incorporação da dimensão ambiental nas leituras técnicas e comunitárias voltadas para a aplicação do Plano Diretor e dos PEUs;
- ⚙ Integração da conferências das cidades com as conferências de meio ambiente, no município do Rio;

- ⚙ Fazer gestões para o reconhecimento das APARUs no âmbito do SNUC² como importante instrumento legal de integração entre a legislação ambiental e a legislação urbanística;
- ⚙ Criar um Parque Natural Municipal na vertente norte do Maciço da Tijuca, como extensão do PNT, garantindo a preservação da sua área de amortecimento e o aumento da área florestada na Zona Norte;
- ⚙ Reconhecer a importância de praças, parques e bosques urbanos, recuperando os espaços públicos perdidos nos últimos anos e abrindo novas áreas nos bairros mais carentes desses equipamentos;
- ⚙ Implementar uma política séria e continuada para a manutenção e recuperação de ecossistemas nativos, considerando as funções ecológicas dos diferentes espaços e suas relações com problemas históricos da cidade (encostas, alagamentos, conforto térmico e acústico etc.);
- ⚙ Resgatar e refundar programas que integrem as comunidades na preservação e recuperação ambiental tais como o gari comunitário, os guardiões de rios, os mutirões de reflorestamento, entre outros;
- ⚙ Fim das isenções ao empreendimento siderúrgico da Zona Oeste e cobrança do passivo ambiental e social;
- ⚙ Regulamentação e aplicação da lei do descomissionamento, que visa o controle e fiscalização de atividades poluidoras;
- ⚙ Implementar uma política de integração da agricultura agroecológica e da pesca artesanal com as atividades de recuperação ambiental.

TRANSPORTE E MOBILIDADE

Integração modal e tarifária pelo direito de ir e vir

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a questão dos transportes urbanos não pode ser objeto de soluções simplistas, de abrir mais linhas, construir mais metrô, trem ou vias expressas cidade adentro. A noção de mobilidade aparece para incorporar a visão do transporte como necessidade social e não apenas um mercado a ser regulado ou uma tecnocracia a mais que a prefeitura deve gerir. O direito de ir e vir é basilar tanto para garantir a qualidade de vida das pessoas, quanto para o desenvolvimento das forças produtivas. O Rio de hoje é uma cidade cada vez mais engarrafada. Além do aumento contínuo da frota de veículos, vemos uma concentração cada vez maior de atividades em bairros já saturados ou em vias de saturar. Chega de seguir as receitas rodoviaristas dos anos 1950 e 1960! É preciso abrir algumas “caixas pretas” do sistema, tais como os contratos das linhas de ônibus municipais, a regulamentação e fiscalização dos táxis e do transporte alternativo. É preciso encarar a questão dos bondes, dos trens, de um metrô em rede e não em “tripa”, bem como a implementação de veículos leves sobre trilhos. Além disso, temos que avaliar o impacto dos teleféricos na mobilidade da população nas favelas e repensar os rumos do transporte aquaviário. É preciso pensar com originalidade. Não dá mais para a população do Rio

² APARU = Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana. SNUC = Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

ficar refém de meia dúzia de empresários que só pensam no seu próprio lucro e oferecem, há décadas, um serviço de péssima qualidade e cada vez mais caro.

Nossas propostas para melhorar a mobilidade:

- ⚙ Criação imediata do Fundo Municipal de Transportes e realização de estudos para a criação de novas categorias de tarifa, que permitam descontos para usuários mais frequentes que não recebam vale-transporte;
- ⚙ Regularizar e dar mais segurança jurídica e condições de trabalho para os operadores de tráfego, de modo que esse serviço seja cada vez mais constante e eficiente e possa ser usado de fato em todas as regiões da Cidade;
- ⚙ Restabelecer o papel da Guarda Municipal como agente e fiscalização de tráfego, colocando guardas em todos os bairros, nos principais cruzamentos, em apoio aos operadores da CET-Rio;
- ⚙ Recuperar o papel da CET-Rio, tanto na formação e qualificação desses agentes (da própria CET-Rio e da GM), quanto no planejamento da operação e da fiscalização de tráfego e de monitoramento do sistema de transporte público;
- ⚙ Ampliar a capacidade de monitoramento do Centro de Operações RIO, instalando aparelhos de GPS nos ônibus, táxis, vans, trens e metrô e aumentando o número de “semáforos inteligentes” integrados ao centro de operações;
- ⚙ Ampliar a capacidade de resposta a emergências, definindo melhor os papéis de cada órgão e estabelecendo postos operacionais ao longo das principais vias e centros de bairro;
- ⚙ Estimular projetos com apoio do Fundo Municipal de Amparo à Pesquisa que visem ao desenvolvimento de metodologias de monitoramento e acompanhamento contínuo da demanda por transportes, bem como técnicas de controle de tráfego e operação dos transportes coletivos;
- ⚙ Auditoria na licitação dos ônibus de 2010 e verificação das condições de legalidade, moralidade, razoabilidade, sustentabilidade econômica, eficiência e publicidade dos contratos e dos atos decorrentes desses contratos;
- ⚙ Reavaliação e possível revisão do projeto da Transolímpica de modo a reduzir custos, tempo de construção, evitar a implementação de mais um pedágio e minimizar as desapropriações, reassentamentos e impactos ambientais;
- ⚙ No caso do transporte alternativo, regulamentação segundo autorizações individuais e proposição de novas linhas privilegiando as alimentadoras, o transporte noturno, linhas eventuais (dias de jogos, shows etc.) e as áreas da cidade onde os ônibus tem mais dificuldade de circular ou manobrar;

- ⚙️ Consolidação da legislação que regulamenta o serviço de táxi, preservando a segmentação de mercado (empresas de táxi, táxis convencionais e táxis especiais), direitos adquiridos e dando maior segurança jurídica para motoristas, auxiliares e usuários;
- ⚙️ Implementação de um programa de fiscalização permanente, integrado aos demais órgãos de segurança pública, para combater os táxis piratas e os serviços clandestinos oferecidos em hotéis e pontos turísticos;
- ⚙️ Regulamentação definitiva para o serviço de mototáxi e motos de carga em toda a Cidade;
- ⚙️ Implementar de um Plano Cicloviário Municipal integrado ao planejamento urbano e de transportes, que permita ampliar e promover manutenção da malha cicloviária, criar mais bicicletários públicos e estimular a criação de bicicletários particulares nos centros de bairro e próximos às estações de trem, metrô e BRT;
- ⚙️ Iniciar tratativas para a municipalização do bondinho de Santa Teresa, recuperando-o como patrimônio histórico, cultural e como modalidade de transporte público e de interesse turístico;
- ⚙️ Avaliar os projetos de VLT existentes e promover concursos públicos de projetos e ideias para implementação de VLT nos principais centros de bairro.

MORADIA DIGNA

Política habitacional sem remoções e voltada para o desenvolvimento comunitário

Nas últimas gestões, a Secretaria Municipal de Habitação cumpriu dois papéis: dar suporte à política de segregação social no território da Cidade e servir de cabide de empregos e benefícios para os apoiadores do alcaide de plantão. Os critérios para a distribuição das habitações produzidas pela SMH sempre foram suspeitos. Os profissionais dignos, que tentam pensar e executar uma política mais incluyente quase sempre se vêem à margem do processo. O advento do programa “Minha Casa, Minha Vida” só agravou essa situação. Pois, além de ser usado como programa de limpeza social das áreas mais valorizadas da cidade, a grande maioria dos projetos encontra-se em áreas dominadas pelas milícias. E estas se apropriam das novas habitações sob as barbas do secretário municipal de habitação. Mas política habitacional não é só produção de moradias. É urbanização de áreas carentes. É o combate à subutilização e aos vazios urbanos. O déficit habitacional não é um processo natural. Nas estatísticas da carestia da moradia, da favelização e da precarização das condições de habitabilidade encontram-se facilmente as digitais da “mão invisível” do mercado. Na grande maioria das vezes, é muito mais barato e justo regularizar do que reassentar. Ou a cidade começa a promover um desenvolvimento equilibrado em todos os bairros e regiões, ou viveremos um novo tipo de apartheid muito em breve. Um apartheid mudo e cego, mas que ouvirá em altos brados os estampidos e gritos da violência urbana.

Veja nossas propostas para a oferta de moradia digna para todos:

- ⚙ Combate sistemático aos imóveis subutilizados e vazios, através da implantação dos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades;
- ⚙ Fortalecimento de programas de produção de moradias que não dependam dos mecanismos de mercado, tais como o novas alternativas, o programa de arrendamento residencial entre outros;
- ⚙ Redirecionamento do programa “Minha Casa, Minha Vida” no município do Rio, buscando uma estratégia de melhor distribuição dos projetos no território e maior provisão de serviços públicos aos projetos já concluídos e entregues;
- ⚙ Fim da política de remoções. Respeito aos preceitos da Lei Orgânica Municipal e aos princípios constitucionais no que tange ao direito à integridade e inviolabilidade do domicílio;
- ⚙ Refundação do Conselho Gestor do FMHIS e elaboração de um plano abrangente para a produção e requalificação das Habitações de Interesse Social, com ênfase na sua integração à política de desenvolvimento territorial urbano e ambiental;
- ⚙ Criação de um programa municipal de assistência técnica para a requalificação sanitária das favelas e ocupações;
- ⚙ Reestruturação da capacidade da SMH nas ações de regularização urbanística e fundiária de favelas, loteamentos e ocupações consolidadas, baseada no reconhecimento da posse mansa e pacífica, na manutenção das redes de solidariedade e da vivência nos bairros, integrando essa política às de educação, saúde e geração de emprego e renda.

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Orçamento, finanças públicas, emprego e renda

O orçamento participativo já é regulamentado no município desde 2001 e até hoje não foi implementado. Com isso, a execução das despesas é uma verdadeira “caixa preta” para a grande maioria dos cidadãos e muito dinheiro público é desperdiçado. Precisamos quebrar esse círculo vicioso. As finanças públicas do município devem ser objeto de conhecimento público. A política tributária merece ser revista. A planta de valores do IPTU/ITBI não é revisada há mais de dez anos. A COSIP foi arrecada muito mais do que é gasto pela RioLuz e pra onde vão esses recursos que sobram? Não há um Plano de Desenvolvimento Econômico para o Rio de Janeiro. Os grandes investimentos que a cidade tem recebido não se convertem numa estrutura de emprego e renda mais equilibrada. De Pereira Passos até Eduardo Paes, o camelô continua sendo visto como um “caso de polícia”, apesar de efetivar uma estratégia de sobrevivência através de atividade econômica legítima. O tratamento humanizado da informalidade e o seu reconhecimento na estrutura econômica da metrópole é uma necessidade urgente e um princípio fundamental para qualquer estratégia de desenvolvimento social e econômico no Rio. Um plano de desenvolvimento para a cidade deve contemplar a escala metropolitana, adotar estratégias de economia solidária, formalizar a integração do comércio informal às grandes redes de distribuição e atrair investimentos em áreas com baixo impacto ambiental, grande capacidade de geração de

empregos estáveis e um aumento real na arrecadação municipal, visando dar mais autonomia à gestão financeira dos recursos públicos.

Veja nossas propostas para a gestão do orçamento e o desenvolvimento socioeconômico:

- ⚙ Iniciar um processo franco e aberto de avaliação da planta de valores e do sistema de cobrança do IPTU/ITBI, rumo à integração dos bancos de dados, à publicização das isenções e a uma rotina de cálculo que possibilite a justiça fiscal, o aumento da base de contribuintes e, conseqüentemente, um aumento da arrecadação sem maiores transtornos à população;
- ⚙ Promover uma ampla avaliação sobre a participação das grandes corporações na cidade do Rio e seu impacto ambiental, urbanístico, social e econômico;
- ⚙ Promover estratégias de economia solidária visando a uma política emancipatória das camadas de baixa renda e seu acesso a bens de consumo sem endividamento;
- ⚙ Criar uma nova cultura de transparência e eficiência para a realização de licitações segundo o volume de recursos, a importância estratégica dos bens e serviços contratados;
- ⚙ Promover uma ampla auditoria na dívida pública do município, analisando o impacto de médio e longo prazo dos contratos e convênios estipulados para sua consolidação, bem como a evolução dos desembolsos para o serviço da dívida;
- ⚙ Estabelecer rotinas para a implantação dos fundos municipais que ainda não foram totalmente implementados, consolidar a legislação sobre esses fundos, bem como os mecanismos para a divulgação e transparência dos recursos aplicados através deles;
- ⚙ Definir uma estratégia de integração do comércio informal de mercadorias lícitas à estrutura econômica da cidade, com suporte na assistência social, educacional aos diversos segmentos de trabalhadores informais;
- ⚙ Revisão e avaliação da Contribuição para Custeio do Serviços de Iluminação Pública (COSIP);
- ⚙ Criação de um Conselho Municipal do Orçamento Participativo cuja principal atribuição será a coordenação do debate orçamentário do município dentro dos demais conselhos de políticas públicas e de assessoria à Câmara dos Vereadores.

SAÚDE PÚBLICA

Gestão da rede, qualidade no atendimento e valorização dos profissionais

Apesar da imensa quantidade de recursos “investidos” pela Prefeitura na divulgação das inaugurações de UPAs, de Clínicas da Família e hospitais, o cidadão fica frustrado ao procurar estas unidades e se deparar com um belo prédio, confortável, com TV e água gelada, mas que não tem o médico ou o enfermeiro para lhe atender, nem o exame que ele necessita. A falta de profissionais de saúde, que redunde na falta de consultas, de leitos para internação, no adiamento de cirurgias, na dificuldade na marcação de exames complementares, levou nossa cidade à pior colocação entre as capitais brasileiras em pesquisa feita pelo Ministério da Saúde. Uma das prioridades do nosso governo deverá ser o compromisso de, antes de qualquer nova obra ou inauguração, suprir as necessidades de recursos humanos nas unidades e discutir o modelo de gestão daquelas já existentes. Para isto acontecer, se faz necessária a realização de um concurso público que deverá colocar na rede profissionais de qualidade, pagando salários compatíveis com a realidade do mercado, com obrigação de cumprir metas programadas no SUS. A atual política de RH da Secretaria baseia-se na terceirização/privatização dos profissionais. Só na rede de hospitais de emergência existem hoje 2.000 profissionais contratados através de um convênio com a FIOTEC/FIOCRUZ, substituindo funcionários concursados. Nas clínicas da família, temos hoje 9.000 profissionais contratados (CLT) pelas Organizações Sociais ao invés de estatutários. Isso tem que mudar!

Nossas propostas para a Saúde Pública:

- ⚙ A Saúde do Rio foi parcialmente privatizada, com péssimos resultados, vamos reverter;
- ⚙ O sistema municipal atende pessimamente os doentes crônicos, os que mais morrem na cidade, vamos redefinir os rumos do atendimento ambulatorial e de urgência;
- ⚙ Convocação de concurso público e elaboração de um Plano de Cargos e Salários para as diferentes categorias da saúde, para reverter a falta crônica de profissionais de saúde na rede básica (PSF) e nos hospitais;
- ⚙ Judicialização da saúde: vamos criar leitos de terapia intensiva para acabar com as liminares;
- ⚙ Ampliar a oferta de exames complementares (laboratório/imagem) na rede;
- ⚙ Agilizar o funcionamento do sistema de regulação de leitos (acabar com as filas de macas e o atendimento nos corredores);
- ⚙ Melhorar a política de atenção ao idoso, fortalecendo a atenção primária (PSF) e os hospitais;
- ⚙ Democratização da gestão – incentivar a criação de conselhos gestores nas unidades de saúde, colegiados de gestão, construir processos de participação dos trabalhadores e usuários na gestão da saúde, fortalecendo o conselho unicipal de saúde;

- ✧ Garantir a melhoria e a humanização do atendimento na rede de saúde pública, assegurando uma postura de atenção e cuidado que responda efetivamente à expectativa da população;
- ✧ Aprimorar os programas de atenção integral à saúde da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso, do trabalhador, da população negra, das pessoas com deficiência, DST/AIDS e de saúde mental;
- ✧ No caso da Saúde Mental, fim do recolhimento e internação compulsórios, implantação dos Consultórios de Rua e de Escolas de Redutores de Danos;
- ✧ Capacitar os servidores para o atendimento humanizado e propiciar a capacitação de profissionais nas áreas especializadas.

SANEAMENTO AMBIENTAL E DEFESA CIVIL

Cidade limpa e segura é cidade saudável

A responsabilidade pela gestão do saneamento básico tem sido repassada diretamente aos municípios. Paralelamente, toda uma estrutura de comitês de bacia tem sido implementada visando a cobrança pela utilização dos recursos hídricos. Na esteira desses processos, a CEDAE vem sendo “saneada” do ponto de vista econômico, livrando-se de passivos e demandas não atendidas para, provavelmente, ter seu capital aberto e tornar-se mais privatizada. Mas a população já sabe: na maioria dos serviços públicos, privatizou, piorou. A prefeitura vai segurar a mesma postura. A coleta e tratamento de esgotos na Zona Oeste foi privatizada. Um projeto subdimensionado, com metas estratosféricas e eficácia duvidosa. O povo pobre da Zona Oeste não vai poder contar com um serviço de qualidade no curto prazo. Na questão dos resíduos sólidos, apesar de avanços na legislação e da ainda excelente Comlurb, com seu heróico trabalho diário em nossas ruas, ainda engatinhamos no que diz respeito a coleta seletiva, encaminhamento para reciclagem, compostagem e outras formas mais sustentáveis de tratamento do lixo. Os catadores proliferaram em nossas ruas e os sucessivos prefeitos fingem que não vêem. É preciso integrar esse trabalho dos catadores à rede operacional da Comlurb. No que tange à defesa civil, há espaço para melhorar controle e monitoramento climático, com maior integração dos radares adquiridos e ampliação das redes e equipes de estações meteorológicas. O mapeamento sistemático do risco ambiental e da contenção de encostas precisa ser resgatado. O padrão de excelência da GeoRio precisa ser resgatado, assim como uma estrutura de resposta a emergências em apoio aos demais órgãos.

Veja nossas propostas na área de saneamento ambiental e defesa civil:

- ✧ Criação de uma Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental visando a elaboração e o acompanhamento de projetos, integrados às diretrizes do planejamento urbano e territorial;
- ✧ Revisão geral no contrato e no projeto da rede privatizada de esgotos da Zona Oeste, com vistas à identificação de metas inadequadas e inconsistências entre o projeto e a realidade da região;
- ✧ Apoiar uma reestruturação da CEDAE, desde que com vistas ao seu fortalecimento como empresa pública, estatal, com responsabilidade sobre o abastecimento de água e a modicidade tarifária para toda a população;

- ⚙ Criar uma política municipal de recursos hídricos, com a participação dos conselhos de meio ambiente e da cidade, comitês de bacia, visando a integração das ações de proteção aos mananciais e aos cursos d'água, mapeamento e mitigação de riscos ambientais e planejamento de situações de emergência;
- ⚙ Ampliar a rede de estações meteorológicas digitais da GeoRio, bem como as equipes de coleta, processamento e análise de dados meteorológicos, em apoio ao Centro de Operações Rio;
- ⚙ Reinstaurar o padrão de excelência no trabalho de mapeamento e contenção de riscos ambientais por parte da GeoRio, eliminando o caráter ideológico dos trabalhos técnicos e normatizando e valorizando os procedimentos e profissionais de identificação e autuação de situações de risco;
- ⚙ Instituir um programa de assistência a vítimas de situações de emergência, com benefícios sociais eventuais, com previsão de um comitê de gestão compartilhada em grandes eventos e situações que redundem em ameaça à vida ou ao patrimônio das famílias.

CULTURA

Nossa cultura vai além dos grandes espetáculos

É preciso democratizar o acesso à cultura. Para as classes dominantes, a cultura e a comunicação são mecanismos eficazes de controle social e ideológico. Por isso, através dos anos, o processo de elitização da cultura se intensificou. Segregação social e cultural caminham juntas. Apesar de alguns avanços, a criação de lonas culturais e novas salas de cinema e teatro nos shopping centers da zona norte e zona oeste, no geral, a discrepância da distribuição de equipamentos culturais entre as regiões de nossa cidade não se alterou nos últimos anos. Centro, Zona Sul e Tijuca continuam concentrando grande parte dos equipamentos culturais, somando-se cinemas, teatros, museus, bibliotecas e centros culturais. A região composta por Leopoldina, Madureira, Méier e Ilha do Governador, na Área de Planejamento 3 (AP3), proporcionalmente maior em termos de população, teve algum acréscimo de equipamentos, mas são dados um pouco animadores, ainda muito aquém do ideal. No entanto, e esta é uma discussão importante, estes novos equipamentos culturais surgem associados a projetos imobiliários – localizam-se todos dentro de centros comerciais – e não a uma política cultural voltada efetivamente para uma melhor distribuição de bens culturais. De toda forma, fica visível a falta de uma política cultural por parte do poder público de nossa cidade. Certas iniciativas, como a reabertura de algumas salas de teatro pública, o Centro de Tradições Nordestinas em São Cristóvão e o Centro Cultural João Nogueira, no Méier, são louváveis, mas ainda não configuram uma política pública abrangente e com inserção em todas as camadas sociais.

Veja nossas propostas para a democratização da Cultura:

- ⚙ Colocar em funcionamento o Fundo e o Conselho Municipal de Cultura – criados por lei de iniciativa da bancada do PSOL na Câmara dos Vereadores, tanto o fundo quanto o conselho foram apropriados e reinstituídos pela secretaria de cultura, mas nunca funcionaram de forma efetiva e continuada;

- ⚙ Estimular projetos de “novos talentos” nas áreas de produção cultural, teatro, circo, música (com prioridade para a música erudita, o samba, o choro e o funk), multimídia e artes plásticas em geral;
- ⚙ Retomar os grandes concertos em áreas populares, como a Quinta da Boa Vista e o Sambódromo, além da Cidade da Música, que precisa entrar em funcionamento;
- ⚙ Trabalhar pela democratização do carnaval no Sambódromo (veja nosso Tema Especial 3 ao final deste documento);
- ⚙ Regularizar o carnaval de rua, sem neurose, e estímulo aos blocos de rua nos subúrbios;
- ⚙ Ampliar a política de recuperação de salas de teatro e demais equipamentos culturais, dando prioridade para as Zonas Norte e Oeste;
- ⚙ Estabelecer parcerias com a sociedade civil no planejamento e implementação de políticas culturais que estiverem integradas às estratégias de desenvolvimento;
- ⚙ Implementar uma política cultural articulada para a infância. As escolas, creches, os espaços culturais da rede municipal, projetos especiais e parcerias estratégicas com a sociedade civil serão integrados em uma Política Municipal de Cultura para a infância formando uma rede cidadã de sustentação as iniciativas e programas;
- ⚙ Investir na formação de pessoas para trabalharem nos equipamentos culturais existentes e em vários outros que serão criados nos próximos anos. A formação de jovens para atuar na área da cultura se dará por meio de cursos de curta duração, oficinas de fins de semana, mas principalmente com um programa de escolas técnicas ou tecnólogos que possam aprofundar essa formação e garantir um bom desempenho nessa nova realidade que a cidade vai oferecer, incluindo formação em idiomas, conhecimento de tratados internacionais, história local e nacional, técnicas de mediação com publico e tantos outros tratados de forma ainda isolada;
- ⚙ Investir diretamente em escolas e educação artística de qualidade, em legislações específicas que determinem recursos orçamentários para as várias etapas do processo criativo e resguarde as especificidades de cada segmento, de organização de calendários a partir do que a cidade já oferece e também com base naquilo que ela deve oferecer;
- ⚙ Essa política exige ainda a promoção de intercâmbios, de ateliês livres, de residências internas na própria cidade, que desenvolvam práticas e metodologias de acesso ao território artístico e estético para todos os cidadãos;

- ⚙ Investir na criação de uma política de trânsito culturais por meio da criação de rotas, fluxos, corredores e percursos culturais entre as diversas comunidades, expressões e repertórios artísticos;
- ⚙ Promover e incentivar o nomadismo cultural através de redes que conectam a cidade através de programas e ações culturais, usando os espaços culturais ou projetos já existentes nessa costura intencional articulando transporte urbano e mapas culturais pela cidade, viabilizando as trocas e a mobilidade;
- ⚙ Investir em política de inovação, tecnologias e comunicação cultural: tv digital, jornalismo colaborativo, disseminação das tecnologias em escolas;
- ⚙ Organizar investimentos de atividades culturais junto à sociedade civil, respeitando, reconhecendo e estimulando a produção nos vários territórios, com a criação de vias de financiamento próprios para esse fim;
- ⚙ Criar um “museu da Zona Oeste” e um “museu do Subúrbio”, como instrumentos de resgate cultural e preservação da memória de bairros históricos não atrelados ao circuito turístico oficial;
- ⚙ Rever as prioridades e conceitos dos processos de resgate arqueológico nas áreas que vem sendo objeto de grandes obras de modernização;
- ⚙ Apoiar e reconhecer as comunidades remanescentes de Quilombos e incorporar a memória e os sítios sagrados dos afrodescendentes e dos indígenas ao Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade;
- ⚙ Ampliar os programas de apoio à utilização e frequência dos cariocas nos pontos turísticos e de interesse cultural.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tratar as pessoas como seres humanos

Após a nomeação do criador do famigerado “Choque de Ordem” na Secretaria Municipal de Assistência Social, os lutadores da causa se viram diante de um de seus maiores pesadelos. Instaurou-se um estado policial de exceção numa das áreas de atuação da prefeitura que atinge os segmentos mais carentes e frágeis da população. As operações de recolhimento compulsório da população em situação de rua, o combate militarizado aos usuários de crack, as pixações nas casas das famílias marcadas para remoção, entre outras mazelas, sempre combatidas pelas categorias profissionais do serviço social, se tornaram técnicas de governo na atual gestão. Tais ações visam a eliminação desses segmentos marginalizados de áreas de visibilidade turística, deslocando-os, no caso dos recolhidos na rua, para abrigos sem um mínimo de condições de higiene, conforto ou qualquer perspectiva de ressocialização ou encaminhamento para serviços de saúde. Essas práticas afrontam os princípios constitucionais e inúmeros tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Essas ações vêm sendo capitaneadas por servidores deslocados, mal preparados e, muitas vezes, sequer registrados nos respectivos conselhos profissionais. É a prefeitura agindo como bando e a invisibilidade imposta àqueles que tem, como última perspectiva de vida, apenas a sobrevivência do corpo. O combate às drogas ilícitas pelo uso de aparatos militarizados só levou o mundo ao caos da violência, do terror e da doença. Ou tratamos os usuários problemáticos pelo viés da saúde pública e da educação para a saúde, ou o pesadelo só

vai aumentar. Nosso governo vai trabalhar pela dignidade da pessoa humana em quaisquer condições sociais ou sanitárias em que elas se encontrem.

Veja nossas propostas para a Assistência Social:

- ⚙ Rever imediatamente os conceitos e técnicas de abordagem e tratamento da população em situação de rua e dos usuários de drogas, com especial atenção para o crack;
- ⚙ Criar imediatamente uma força-tarefa para fiscalizar e analisar a execução de convênios e contratos administrativos de abrigos privados que recebam subvenções públicas no município;
- ⚙ Iniciar uma campanha de revalorização do serviço social no âmbito da prefeitura, em todas as políticas públicas municipais, buscando parcerias com os respectivos conselhos profissionais e sindicatos das categorias;
- ⚙ Ampliar o serviço de apoio psicológico às famílias de usuários de drogas lícitas e ilícitas;
- ⚙ Integrar os abrigos da prefeitura aos equipamentos de saúde, educação pública, cultura e geração de renda;
- ⚙ Apoiar as modalidades de acolhimento institucional (Casa de Passagem, abrigo, casa-lar) nos parâmetros das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes garantindo a brevidade e excepcionalidade da medida;
- ⚙ Desenvolver uma política de educação sexual, apoio psicológico e social às mães e pais adolescentes e suas famílias;
- ⚙ Implementar um Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, voltado para a população em situação de rua, em articulação com o CMDCA e CMAS;
- ⚙ Integrar o trabalho dos assistentes sociais aos serviços prestados nas favelas pelos POUSOs;
- ⚙ Criar projetos de pesquisa e formação continuada para integrar o trabalho do serviço social às políticas habitacionais da prefeitura.

SEGURANÇA CIDADÃ

Pela garantia de direitos

Há muita confusão na área de segurança pública, pelo fato de se restringi-la à presença ou não da polícia, ao varejo do combate ao crime. Isso tudo leva à falsa percepção de que segurança pública é exclusividade do Estado. Estamos além disso. Iluminação nas ruas é responsabilidade municipal e é elemento da segurança. A regulamentação do comércio e de serviços, combatendo práticas criminosas travestidas de legais é responsabilidade municipal e é segurança. Vigilância de próprios

municipais tais como escolas, praças e parques... Portanto, reconheçamos que a segurança é sim responsabilidade municipal e, com esses princípios, vamos assumir sua administração. A Guarda Municipal virou uma “polícia social” reprimindo atividades econômicas informais e recolhendo de forma compulsória crianças e adolescentes moradores de rua. Eis um compromisso que poderíamos compartilhar: é nosso dever disputar menino a menino, menina a menina; competir com o tráfico e o crime, oferecendo aos adolescentes e às crianças pelo menos as mesmas vantagens que o outro lado oferece, mas com sinal invertido, é claro. Os focos da disputa são o coração e a cabeça dos jovens, não é o bolso, ainda que ele seja também de grande relevância. Centro da briga histórica que se trava à beira do despenhadeiro e talvez nos afaste da barbárie, são o afeto e o imaginário das crianças e dos adolescentes. Mas não percamos de vista que esta não é uma disputa meramente contábil. Os espaços “nobres” são providos de segurança privada (formal e informal) ao passo que, em outros, se expandem formas mafiosas de controle (milícias). A fiscalização e controle de atividades comerciais em áreas controladas pelo crime organizado é outro grande desafio. Para isso, entre outras reformas e instrumentos, uma refundação da Guarda Municipal e a recuperação das suas responsabilidades constitucionais é necessária. Certamente, vamos precisar muito do apoio das instituições policiais de âmbito estadual e federal e da sociedade como um todo, mas sem fugir das responsabilidades do município.

Veja nossas propostas para a segurança cidadã:

- ✧ Conversão da Secretaria Especial de Ordem Pública num espaço de gestão da segurança no município, com foco na cidadania, redirecionando suas ações de forma integrada às demais políticas públicas, elaborando uma Matriz de Gerenciamento Integrado e buscando colaboração com os demais órgãos de segurança estaduais e federais;
- ✧ Elaborar o Plano Municipal de Segurança Cidadã, que deverá contemplar a planificação, a tomada de decisões sobre alternativas e a delimitação de prioridades, além de metas de impacto a curto, médio e longo prazos. Sua implementação importa em tarefas de coordenação e na garantia de cumprimento de metas e cronogramas, por parte da SEOP junto às demais secretarias;
- ✧ Reestruturar a estratégia de participação pública na política de segurança, através da criação de um Conselho Municipal de Segurança Urbana com funções consultivas e deliberativas, de articulação, informação e cooperação entre todas as entidades que, na área do município, possam intervir ou se envolver na prevenção e na melhoria da segurança da população;
- ✧ Desmilitarização e refundação da Guarda Municipal como órgão público, com servidores estatutários, voltado para o controle do tráfico, a vigilância dos próprios municipais e o apoio à fiscalização e controle urbano por parte das demais secretarias, dotada de ouvidoria e corregedoria independentes, assistência social e acompanhamento psicológico amplamente disponíveis aos guardas municipais, além uma de política de formação focada em mediação, cidadania e garantia de direitos;
- ✧ Fim da diferenciação salarial dos Guardas Municipais segundo grupos para operações especiais, UOPs ou outros. Vamos elaborar juntos um plano de cargos e salários com critérios objetivos para a mudança de cargos e grupos

dos guardas, impossibilitando essas mudanças por redes de privilégios ou como forma de punição arbitrária;

- ⚙ Criação de um fundo público, cuja administração será exatamente pública, para que sejam captados e investidos recursos com absoluta honestidade e com critérios não-político-partidários;
- ⚙ Estruturar e instituir de fato a UPP Social, através de execução orçamentária, visando garantir uma nova relação de soberania do Estado e da sociedade nas áreas ocupadas;
- ⚙ Implementar programas de prevenção primária para a juventude e suas famílias em conjunto com as demais secretarias (programas de acesso a atividades culturais e esportivas, educação e qualificação profissional, geração de trabalho, emprego e renda, saúde);
- ⚙ Trabalhar pela prevenção da exploração sexual infanto-juvenil e do consumo abusivo de drogas;
- ⚙ Promover atividades em favor das vítimas de crime;
- ⚙ Colaborar para o enfrentamento de fatores e dinâmicas de risco (abuso de álcool e outras drogas, disponibilidade de armas de fogo e outros fatores identificados em cada local);
- ⚙ Trabalhar para aumentar do acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema penitenciário e do sistema de medidas sócio-educativas;
- ⚙ Ampliar e fortalecer o Projeto Agentes da Liberdade;
- ⚙ Estímulo ao uso dos espaços públicos e convívio social mediante uma política de iluminação e aprimoramento de ruas e praças a partir de consultas à população, quanto às suas prioridades, iniciando-se pelos bairros da periferia e favelas, que historicamente tiveram menos acesso a tais serviços públicos.

POLÍTICAS PARA AS DIVERSIDADES

Contra toda forma de preconceito

Certos segmentos sociais, apesar de nem sempre constituírem minorias nas estatísticas populacionais, sofrem com uma série de restrições à sua livre expressão, à locomoção e ao acesso a rotinas comuns do cotidiano tais como o trabalho, a educação, a saúde, a cultura e o lazer. É necessário, portanto, pensar uma política, ao mesmo tempo ampla e transversal às demais políticas setoriais, e uma série de ações para defender os direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, profissionais do sexo, da população afrodescendente, indígenas, dos idosos, obesos, pessoas com restrições à locomoção e necessidades especiais. Essas políticas amplas e transversais também devem elaborar, coordenar, desenvolver e acompanhar programas, projetos e atividades destinadas à promoção da cidadania destes diversos segmentos e ao respeito à identidade de cada cidadão.

Veja nossos principais diretrizes nas políticas para as diversidades:

- ✧ Criar um ente institucional, no âmbito da Secretaria de Planejamento, para desenvolver e integrar as políticas públicas voltadas para o público LGBT;
- ✧ Reinstaurar o Conselho Municipal dos Direitos do Negro (COMDEDINE), dando-lhe melhor estrutura e maior capacidade de avaliação das políticas públicas para a população afrodescendente;
- ✧ Reinstaurar os conselhos do idoso, criança e adolescente e da pessoa com deficiência, de modo a integrá-los, dar-lhes melhor estrutura e capacidade de avaliação das respectivas políticas públicas;
- ✧ Promover a valorização e o reconhecimento da contribuição econômica das comunidades tradicionais e da herança cultural de matriz indígena e africana na construção do espaço urbano;
- ✧ Garantir acesso aos direitos trabalhistas e da saúde às trabalhadoras domésticas, aos profissionais do sexo e aos idosos em relações precárias de trabalho;
- ✧ Promover a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de vulnerabilidade social, notadamente nas favelas e bairros mais pobres;
- ✧ Promover políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho, da educação, da saúde e da cultura que reafirmem a condição destes segmentos sociais como sujeitos sociais e políticos, considerando as suas demandas e necessidades específicas.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Conhecer para libertar

Recentemente, foi aprovada uma lei que criou o Fundo Municipal de Amparo à Pesquisa. Esse fundo pode ser o primeiro passo para a entrada definitiva do Rio no esforço pelo desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Apesar de sediar algumas das maiores universidades do país, importantes centros de pesquisa e um dos polos tecnológicos que se pretende dos mais avançados do mundo, a atuação da Prefeitura nesse campo ainda é pífia. E com a gama, a especificidade e a complexidade dos problemas que enfrentamos no nosso cotidiano, é urgente e necessário investir na produção do conhecimento. Por isso, uma estrutura institucional que coordene os esforços já em curso nas várias secretarias e aproxime as ações da Prefeitura às pesquisas acadêmicas é fundamental. Na área de Ciência e Tecnologia, é possível promover, com a participação de entidades civis organizadas, encontros, palestras, debates e seminários sobre temas ligados às diversas áreas. Essa política pode ser fundamental, também, no assessoramento ao Executivo Municipal no que concerne ao aperfeiçoamento profissional e desenvolvimento de métodos e técnicas operacionais, voltados para a qualificação dos servidores públicos. As principais áreas de interesse para o município, em termos de desenvolvimento científico e tecnológico seria: saúde pública e controle de endemias, planejamento metropolitano, formação para o desenvolvimento profissional no serviço público, coordenação e gestão econômico-financeira de fundos setoriais

atreladas ao orçamento participativo, políticas públicas para a inclusão digital, saneamento e energias renováveis, políticas públicas para as tecnologias sociais, entre muitas outras.

Veja nossas propostas para Ciência e Tecnologia:

- ⚙ Regulamentar e tornar operacional o Fundo Municipal de Amparo à Pesquisa;
- ⚙ Criar o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia;
- ⚙ Apoiar projetos de pesquisa e extensão voltados para o aperfeiçoamento de políticas públicas municipais e problemas de alta complexidade.

TEMA ESPECIAL 1

O Projeto Olímpico e o seu legado para o Rio

Nunca fomos contrários à perspectiva da cidade sediar megaeventos esportivos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol. Inúmeras vezes ressaltamos o vigor e a energia do carioca como características de nosso povo que o torna merecedor dessa honraria. Entretanto, nunca nos furtamos a afirmar que tais projetos requerem um nível de responsabilidade e de espírito público acima da média – algo que, infelizmente, não temos visto em nossos governantes. Entre 2003 e 2007, assistimos incrédulos à organização dos Jogos Panamericanos, cujo legado social foi inócuo e onde os gastos públicos se mostraram dos mais escandalosos. Agora, anos depois da infâmia, verificamos que os preparativos para os jogos olímpicos de 2016 correm o sério risco de nem serem concluídos. Tudo porque, graças à pujança e à impunidade de 2007, o atual prefeito e seus parceiros perderam qualquer senso de espírito público, de respeito à legislação e à boa prática do planejamento e da gestão com responsabilidade. Após tantas idas e vindas, vemos que os principais locais de competições e de estrutura para as Olimpíadas de 2016 simplesmente não encontra um ambiente jurídico saudável para ser implementado, muitos cronogramas estão atrasados e os orçamentos mudam a todo instante. Para salvar o projeto olímpico, só um choque de espírito público e de mobilização institucional. Com o sempre pronto apoio da população carioca, acreditamos que é possível ter uma Olimpíada limpa, justa, onde as estrelas são apenas os atletas e o calor do público.

- ⚙ **Parque Olímpico** – vamos promover uma análise minuciosa e transparente do projeto e do contrato visando agilizar os prazos e reduzir custos para a Cidade;
- ⚙ **O problema do Autódromo** – Fato consumado atrás de fato consumado e o Rio de Janeiro corre o risco de ficar sem um espaço para o automobilismo. É esse o legado que queremos para o esporte? Vamos apurar as responsabilidades assumidas pela Prefeitura perante a CBA e buscar uma solução imediata para a questão do Autódromo Nelson Piquet;
- ⚙ **Campo de Golfe** – vamos iniciar tratativas para elaboração de um projeto alternativo ao Golfe olímpico. Aquele anunciado pela Prefeitura, dentro do Parque Natural Municipal da Barra da Tijuca não possui os elementos de sustentabilidade ambiental, razoabilidade e impessoalidade que um projeto de interesse público requer;

- ⚙ **Estádio de Remo** – além de um celeiro de atletas, o berço do remo carioca é um patrimônio histórico e cultural inalienável da Cidade. A prefeitura não pode se omitir dessa questão como tem feito até agora;
- ⚙ **Marina da Glória** – resgatar os espaços públicos do Aterro do Flamengo que vem sendo apropriados pela concessionária da Marina da Glória e promover um centro de referência público de desenvolvimento do iatismo, buscando parceria com os clubes existentes na Baía de Guanabara, a Marinha do Brasil, universidades e instituições dessa modalidade;
- ⚙ **Vilas Olímpicas** – vamos abrir o projeto das vilas olímpicas ao conhecimento público e avaliar a possibilidade de convertê-los em projetos habitacionais mistos, com integração entre segmentos populares e de classe média, evitando o fiasco que foi a Vila Panamericana do ponto de vista habitacional e urbanístico;
- ⚙ **Vila Militar** – vamos iniciar um diálogo com o Exército brasileiro para que os equipamentos olímpicos da Vila Militar possam ser transformados em centros de formação de atletas olímpicos e treinamentos especiais para as tropas, numa gestão compartilhada que permita transformar a região e deixar um legado esportivo e social;
- ⚙ **Entorno do Maracanã e do Engenhão** – estamos a pouco menos de dois anos para a Copa de 2014 e ainda não se viu um vergalhão instalado nas obras do entorno do Maracanã. Já vimos esse filme na construção do Engenhão. Após inúmeros problemas e 21 aditivos contratuais, o custo final ficou quase 300% acima do previsto. No caso do Maracanã, além do prazo curto, tem mais um agravante: o primeiro edital, de tantas irregularidades, precisou ser cancelado pela Prefeitura. Moralidade e eficiência já para as obras!
- ⚙ **Legado social e ambiental** – ao colocar de maneira pública e transparente todos os aspectos do projeto olímpico e para a Copa de 2014, esperamos despertar no carioca uma nova esperança de que esses megaeventos nos tragam muito mais que alguns dias de festa e uma visibilidade global estéril e cheia de desperdício de verbas públicas. Uma outra Olimpíada é possível.

TEMA ESPECIAL 2

Grandes polêmicas: respeito aos contratos e reforma institucional

Sempre que uma candidatura com projeto de esquerda se aproxima de uma grande vitória eleitoral, as forças do *status quo* começam a criar um clima de insegurança e incerteza na população, visando espalhar o medo e a desesperança frente a exemplos de “maus feitos” passados ou da perda de conquistas, ainda que aparentes, promovidas por esses mesmos governos de ocasião. Por isso, reiteramos categoricamente: Vamos respeitar todos os contratos! Mas o primeiro “contrato” que precisamos respeitar é a Constituição da República Federativa do Brasil. Nesse “contrato”, existem “cláusulas” fundamentais para garantir o equilíbrio e a segurança jurídica das relações sociais, políticas e econômicas. Ali constam os princípios fundamentais da administração pública que, segundo a nossa ótica, foram desrespeitados em diversos outros

“contratos” estabelecidos nas últimas gestões do município. Não se trata de uma “caça às bruxas”, vamos respeitar todos os contratos, desde que estes respeitem os princípios da razoabilidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência, da economicidade e tantos outros insculpidos na nossa Constituição, na doutrina jurídica, na legislação e nas boas práticas da administração pública. Alguns deles, dado o quadro institucional e a conjuntura política mais geral do nosso Estado e do nosso país, sabemos que será muito difícil de reverter. Outros, pela gravidade das inconsistências e irregularidades, demandarão um aprofundamento das investigações, com renegociação de condições e até cancelamentos, sem prejuízo da imputação de responsabilidades civil, administrativa e, quiçá, criminal de quem promoveu o “mau feito”.

- ✧ **Porto Maravilha** – revisão do padrão de atuação da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP), acompanhamento do contrato junto ao consórcio Porto Novo e revisão de algumas metas operacionais (tais como a demolição do Elevado da Perimetral, a entrega de terrenos públicos para empreendimentos privados sem compensação social, os impactos ambientais das dragagens e novos ancoradouros, do reordenamento do Porto do Rio entre outros);
- ✧ **Corredores Trans** – consolidação das investigações sobre as inconsistências técnicas e administrativas na execução dos projetos da Transcarioca e da Transoeste (conforme acompanhamentos do TCM), bem como dos impactos ambientais não fiscalizados pelo INEA e das ilegalidades nos processos de licenciamento ambiental;
- ✧ **Transolímpica** – revisão integral do projeto e do contrato junto ao consórcio, visando reduzir custos, tempo de construção, eliminar a praça de pedágio e minimizar as desapropriações, reassentamentos e impactos ambientais;
- ✧ **Plano Diretor** – convocar um amplo, mas objetivo debate público visando avaliar o Plano Diretor de 2011 e decidir por um novo processo de revisão ou uma aplicação seletiva de seus princípios e instrumentos;
- ✧ **Privatização do Saneamento na Zona Oeste** – revisão integral do projeto e do contrato junto ao consórcio, visando reduzir custos, tornar as metas mais realistas e melhorar a capacidade de controle público sobre sua execução;
- ✧ **Grandes Auditorias** – auditoria geral na dívida pública do município e dos contratos que a consolidaram e criaram verdadeiras amarras à autonomia administrativa, auditoria geral no contrato dos consórcios do sistema de ônibus municipal, auditoria geral nos contratos junto às Organizações Sociais com prioridade para as áreas de Saúde e Educação, auditoria geral em todos os contratos ainda em vigor com empresas que sofreram denúncias de corrupção através da mídia ou de órgãos de defesa do interesse público;
- ✧ **Remoções** – dizer não às remoções é pouco. O município do Rio de Janeiro precisa assumir a sua responsabilidade sobre as inúmeras violações de direitos humanos praticadas por servidores públicos municipais nos últimos quatro anos. Uma grande investigação deve ser encaminhada com alguns objetivos fundamentais: promover a compensação pelos danos materiais e

imateriais causados às famílias removidas, o acompanhamento social dessas famílias, apurar as responsabilidades civis e criminais dos agentes públicos que comandaram as operações de remoção e, finalmente, estabelecer um marco regulatório definitivo, que extermine de uma vez por todas a prática de remoções da história da cidade do Rio de Janeiro.

TEMA ESPECIAL 3

Nossa Avenida vai além do Carnaval

Nos últimos 20 anos, verificaram-se avanços significativos rumo à dita “profissionalização” do Carnaval carioca, com a chegada de um público multidiverso e vultosas cifras atualmente movimentadas. Entretanto, nesse mesmo período, verificou-se um afastamento quase completo do poder público da organização dos desfiles e, logo, dos valores culturais do que se leva à Avenida. O samba e suas escolas não têm apenas função recreativa, mas reforçam também nossa memória coletiva e, principalmente, afetiva. Em qualquer cidade, a competência para a gestão do carnaval acontece na esfera municipal. Filho do povo e, portanto, da democracia, o samba prescinde de qualquer tipo de monopólio, inclusive do televisivo, este que tem prejudicado a qualidade das recentes transmissões. Nos dias dos barracões é fundamental a fiscalização das relações de trabalho. Afinal, é sabido que em muitos deles os direitos básicos do trabalhador não são respeitados. Mas o carnaval carioca é muito além da Rua Marquês Sapucaí e seus grandiosos grêmios recreativos. Está nas marchinhas das ruas e salões, nos becos e vielas, no alto e no entorno dos coretos das praças, no mar, na Estrada Intendente Magalhães. É imperativo que o poder público olhe com bastante cuidado para os desfiles do grupo de acesso, garantindo, entre outras ações, a preservação de bandeiras históricas que perderam a força com o passar dos anos. Os blocos também merecem grande atenção, sobretudo no atual momento de resgate dos antigos carnavais de rua e salão. É preciso deixar explícito que as Ligas e Associações podem e devem seguir com a função de representação das entidades foliãs, mas urge que a prefeitura reassuma seu papel de responsabilidade no fomento e gestão do bem histórico intangível que é o nosso carnaval. E já que a festa é, fundamentalmente, política cultural e social, que tal reaproximarmos as escolas de samba do público que as entregou liderança e devoção há mais de 50 anos?

Eis as nossas para o maior espetáculo da terra:

- ⚙ **Criação da Subsecretaria de Cultura Especial do Carnaval – A**
Subsecretaria vai assumir a organização do Desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, considerado o grande espetáculo do planeta. Serão privilegiados os valores culturais, o julgamento coerente e a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações;
- ⚙ **Subvenção condicionada à relevância cultural dos enredos – Caso**
uma agremiação opte por retratar uma marca, não deverá receber verba pública. Esta proposta não se trata, de forma alguma, de uma tentativa de dirigismo temático. É apenas a busca pela gestão criteriosa de recursos para que as escolas não se tornem canais de propaganda;
- ⚙ **Apoio às agremiações dos grupos de acesso – Mais recursos e estrutura**
para a realização dos desfiles dos grupos de acesso e as escolas de samba mirins;

- ⚙ **Apoio a todas as instituições carnavalescas** – Política que vise ao fomento e à distribuição geográfica de blocos, cordões e quaisquer instituições carnavalescas por toda a cidade, possibilitando a ocupação democrática do espaço público;
- ⚙ **Preservação das entidades foliãs e seus espaços comunitários** – O poder público precisa garantir a preservação de grandes agremiações, responsáveis por históricos desfiles e sambas, mas que perderam a força com o passar dos anos;
- ⚙ **Retorno ao projeto original do sambódromo** – O fim das frisas (ou, pelo menos, de um lado delas), transformando-as, como no projeto original, em uma grande “geral”, com preços populares. A ideia é combater a frieza dos desfiles e reaproximar o carioca do espetáculo;
- ⚙ **Concorrência da transmissão televisiva** – O fim da exclusividade na transmissão televisiva condicionaria diferentes formas de narração, aumentando as possibilidades de apresentação do espetáculo para o público de casa, promovendo uma saudável disputa pelo melhor “olhar” sobre a festa;
- ⚙ **TV Educativa e carnaval** – Em caso de quebra do monopólio televisivo, em um novo contrato discutido pelo poder público, que haja uma cláusula que permita às Tevês Educativas a transmissão sem a necessidade de pagar pelos direitos.

TEMA ESPECIAL 4

Turismo para além do trivial

De tão fundamental para a vida da cidade, a questão do turismo não pode ser tratada como uma política isolada. Além das milhares de famílias trabalhadoras que dependem ou se relacionam com atividades turísticas, essa questão é fundante da imagem que a cidade mostra para o exterior. Mas o turismo no Rio sempre foi tratado como algo voltado para as classes mais abastadas do mundo. Desde a configuração da rede hoteleira até as práticas de administração dos principais pontos turísticos da cidade. A formação de um roteiro de atrações hermético, concentrado na Zona Sul e no Centro, acabam funcionando como um fator muito mais limitante do que estimulante da atividade turística. Mais recentemente, na esteira dos megaeventos, a política de turismo foi pautada no receptivo de eventos de curta duração, buscando atrair uma “nova” clientela ligada aos eventos de pequeno e médio porte, encontros profissionais, acadêmicos de alta plumagem e de negócios. Esse tipo de estratégia visa sempre um público homogêneo, preocupa-se apenas com os recursos gastos pelos visitantes e os dividendos a serem absorvidos pela “indústria do turismo”. É preciso pensar além. Mais do que uma atividade econômica, o turismo é uma grande oportunidade de encontro de culturas, saberes, desenvolvimento social e aprendizado. A maioria das pessoas que viajam ao exterior querem sentir os cheiros, perceber as cores e os sabores do lugar. Se é pra viajar e comer as mesmas comidas, perceber a mesma estética, para quê ir a novos lugares? O povo do Rio sempre foi reconhecido por ser acolhedor, bom anfitrião e orgulhoso de apresentar a cidade para quem chega. Uma política econômica para o turismo precisa aproveitar melhor esses potenciais.

Veja nossas propostas para a política de Turismo:

- ⚙ Avaliar os impactos do “Pacote Olímpico” na geração de novos leitos hoteleiros para os megaeventos que a cidade vai receber e redefinir os rumos dessa estratégia;
- ⚙ Estimular a criação de equipamentos hoteleiros de baixo custo;
- ⚙ Reforçar as atribuições da RioTur como agência de disseminação de informação de interesse turístico;
- ⚙ Criar roteiros turísticos alternativos, integrando e valorizando bairros históricos que estão fora dos circuitos tradicionais do turismo na Cidade;
- ⚙ Integrar a política de turismo com a política cultural;
- ⚙ Intensificar a fiscalização e o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, com ênfase, em áreas de interesse turístico;
- ⚙ Apoiar e criar uma regulamentação para hospedagens domiciliares e o “cama-e-café”, incluindo os bairros da Zona Norte e as favelas;
- ⚙ Ampliar os programas de apoio à utilização e frequência dos cariocas aos pontos turísticos e de interesse cultural.

TEMA ESPECIAL 5

A Previdência é patrimônio do servidor, logo, da Cidade

O regime próprio de previdência do município do Rio de Janeiro se iniciou com a criação do Previ-Rio, que tinha a responsabilidade de pagamento de pensões e outros benefícios previdenciários e assistenciais. Esse modelo seguiu sem sobressaltos até 1998, quando surgiu um novo marco constitucional sobre previdência, com novas regras para aposentadoria e uma série de novas regras previdenciárias. Em 1999, novas alterações provocaram um sério desequilíbrio financeiro e atuarial no Previ-Rio. Não poderia ter sido de outra maneira já que todas as alterações foram feitas sem estudo atuarial, nem projeções de impacto, sem nenhum acréscimo de receita, nem mesmo de contribuição patronal para o fundo. O resultado final seria o esgotamento das disponibilidades do Previ-Rio em poucos anos. O desrespeito ao patrimônio do servidor assumiu, ao longo do tempo, diversas facetas: empréstimos concedidos a outros entes da Federação sem a devida autorização legal; ausência de repasses patronais que chegaram a somar um montante de dois bilhões de reais em valores atualizados; decretos que modificaram parâmetros atuariais e financeiros estabelecidos em lei; programas assistenciais criados com critérios não isonômicos, que não atendem à massa dos servidores e sem levar em conta o impacto financeiro das medidas; programas de financiamento que só são abertos de dois em dois anos e poderiam ser permanentes, entre muitos outros exemplos. Além disso, Previ-Rio e FUNPREVI têm carências estruturais que incluem a falta de espaço para atendimento, a escassez de pessoal, consequência da deterioração da carreira dos servidores do instituto, o quadro de vagas de pessoal efetivo insuficiente e falta de concursos, já que o último foi em 2003.

Eis a plataforma política da nossa candidatura para a previdência municipal:

- ⚙️ Construção, em diálogo com o conjunto dos servidores, de um verdadeiro plano de capitalização do FUNPREVI, que inclua a devolução de valores indevidamente retidos pelo tesouro, como as contribuições patronais;
- ⚙️ Ajuste de contas entre o PREVI-RIO e o Tesouro Municipal, para devolução de valores pagos indevidamente pelo instituto, como a parte patronal do Plano de Saúde do Servidor,
- ⚙️ Reestruturação, em diálogo com o conjunto dos servidores, do atendimento à Saúde do Servidor;
- ⚙️ Reforço do papel do Conselho de Administração do Previ-Rio, que efetivamente decidirá as políticas previdenciárias do Município e contará com a 5ª vaga para conselheiro eleito pelos servidores, tornando-se paritário;
- ⚙️ Construção, por meio do Conselho de Administração do Previ-Rio e em diálogo direto com os servidores, de um novo Plano Assistencial, adequado à realidade com políticas massivas e isonômicas;
- ⚙️ Viabilização da abertura permanente dos Programas de Financiamentos do Previ-Rio;
- ⚙️ Reorganização das instalações e investimentos em mobiliário, equipamentos e sistemas para garantir excelência no atendimento ao usuário;
- ⚙️ Reorganização da Carreira do Previ-Rio, com o aumento do quadro de vagas, reestruturação do Plano de Cargos e Salários e realização Periódica de concursos públicos.